

DÍVIDA INTERNA*Dívida Pública*

Andima quer reduzir carga tributária para atrair estrangeiros

JIANE CARVALHO
SÃO PAULO

O alongamento da dívida pública interna, uma das principais metas do Tesouro Nacional, passa necessariamente por mudanças tributárias que atraiam o investidor estrangeiro. Esta é a principal conclusão do "Relatório Econômico da Dívida Pública: Participação do Investidor Estrangeiro", que será lançado na sexta-feira pela Associação Nacional das Instituições Financeiras (Andima).

O estudo, que será apresentado ao governo, mostra como a maior parte dos países conseguiu alongar o perfil da dívida interna atraindo investidores estrangeiros. A redução da carga tributária sobre a operação, segundo o estudo da Andima, foi o ponto que marcou o início do alongamento da dívida nestes países. "Lá fora, diferente do que ocorre aqui, a maior parte dos investidores em papéis da dívida pública é institucional e não de bancos", diz João Cesar Tourinho, presidente do Comitê de Política Monetária da Andima.

A principal vantagem de uma maior participação dos investidores institucionais estrangeiros no financiamento da dívida pública é que eles têm mais apetite por papéis de longo prazo. "Aqui, por conta da cultura inflacionária, todo mundo trabalha de olho na taxa over", explica Tourinho. Já os investidores institucionais estrangeiros, diz o executivo, têm passivos de longo prazo e por isso preferem papéis de prazo maior. "Nos países estudados, há uma relação direta entre o alongamento da dívida interna e a presença de investidores estrangeiros no mercado."

Tourinho cita como exemplo o México que há cinco anos adotou um plano de alongamento da dívida. "Em 2000, o prazo médio de vencimento da dívida era de 539 dias e, em

2004, já chegava a 1.071 dias", diz. Hoje, segundo o estudo da Andima, 63% da dívida mexicana de longo prazo é financiada por estrangeiros, mas este percentual já foi maior chegando a 80%. "A queda ocorreu porque o investidor local está mudando de cultura e também já aceita papéis mais longos", explica o diretor da Andima.

O México conseguiu atrair investidores estrangeiros zerando



Alfredo Moraes

a tributação sobre a operação. A proposta da Andima para o Brasil é que a tributação para estrangeiros passe a ser escalonada: até

1 ano de investimento, 15% de IR; entre 1 e 2 anos, 10%; acima de 2 anos, alíquota zero.

Segundo Tourinho, para o investidor nacional não mudaria nada, ou seja, continuaria pagando de forma escalonada, com alíquotas de 22,5% para 6 meses a 15% acima de 2 anos. "É isto que ocorre em outros países também, ou seja, o que propomos é igualar a condição de competitividade do Brasil em relação a outros países." O diretor da Andima acredita que a maior demanda seria por NTN-B (corrigida pelo IPCA), e NTN-F (prefixados de longo prazo).

A proposta de redução do imposto, segundo o presidente da Andima, Alfredo Moraes, não deveria encontrar resistência do governo. "Hoje, a participação dos estrangeiros é mínima, ou seja, o governo não tem muito a perder", diz. Além disso, é preciso lembrar das externalidades que a medida traz. "Além de melhorar o perfil da dívida pública, o mercado secundário cresceria e poderia ocorrer uma queda nas taxas de juros internas, o que seria bom para o País", defende Moraes.